



MOÇAMBIQUE

COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2021



Órgãos Sociais
Eleitos para o triénio 2021-2023

Assembleia Geral

Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Luís Filipe Rodrigues
Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social representado por: Luís João Mandlate

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por: Lucas Fazine Chachine
Vice - Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por: Fernando Dias Nogueira
Vogal	Bento Nuno de Mira Serrano

Conselho Fiscal

Presidente	Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Visabeira, SGPS representada por: Pedro André Silva de Sousa
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social representado por: Cláudio João
Vogal suplente	Henrique Álvaro Cepeda Gamito Júnior



Comissão de Vencimentos

Presidente	Montepio Geral – Associação Mutualista representado por: António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	GCP – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A representada por: Luís Filipe Rodrigues
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social

Índice



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Conjuntura Macroeconómica	7
1.1. Economia Internacional.....	7
1.2. Economia de Moçambique.....	9
2. O Mercado Segurador em Moçambique.....	11
3. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.....	16
3.1. Plano de Contingência de Prevenção do Covid-19	16
3.2. Expansão e Desenvolvimento	16
3.2. Recursos Humanos.....	18
3.3. Sistemas de Informação	19
3.4. Marketing e Imagem Institucional	20
3.5. Análise da Actividade.....	21
3.5.1. Produção.....	21
3.5.2. Sinistros	23
3.5.3. Custos de Exploração.....	25
3.5.5. Resseguro Cedido	25
3.5.6. Gestão de Investimentos	27
3.5.7. Situação Financeira	27
4. Perspectivas para 2022.....	28
5. Proposta de Aplicação de Resultados	29
6. Notas Finais	30
Demonstrações Financeiras.....	31
Notas às Demonstrações Financeiras	37
Anexos	87
Parecer do Conselho Fiscal	90

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Relatório e Contas

2021

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

1. Conjuntura Macroeconómica

1.1. Economia Internacional

O prolongado efeito da pandemia da Covid-19 e a contínua, mas necessária, aplicação de medidas de contenção e prevenção dos contágios continuou a ter um impacto significativo na economia mundial, com efeitos díspares nas economias desenvolvidas e emergentes, resultando num elevado grau de incerteza.

A elevada taxa de vacinação nas economias mais avançadas tem resultado numa recuperação, mais rápida, com muitos países desenvolvidos a aproximarem-se dos níveis pré-pandémicos. Contudo, os estrangulamentos nas cadeias de produção resultaram numa tendência de acentuado crescimento da inflação, o que associado aos elevados níveis de endividamento de algumas economias, representa um desafio para o equilíbrio macroeconómico.

De acordo com as estimativas do relatório do Banco Mundial (Perspectivas Económicas Globais), a economia mundial apresentou um crescimento de 5,5%, em 2021, situando-se ligeiramente abaixo da projecção apresentada no relatório de Junho (5,6%), o que se deve, no essencial, ao forte dinamismo de algumas grandes economias como a dos Estados Unidos da América (6,0%), a da China (8,0%) e a da Índia (9,5%).

Analisando o comportamento das principais regiões económicas a nível mundial, em 2021, verificamos que:

- Na região da Ásia Oriental e do Pacífico assistimos a uma aceleração da actividade económica para cerca de 7,1%. Refira-se, no entanto, que o crescimento verificado é impulsionado pela economia chinesa, estimulado pela indústria de manufactura e pelas



exportações, enquanto o resto da região apresentou um crescimento agregado de apenas 2,5%, com a Indonésia e o Vietnã a crescerem 3,7% e 2,6%, respectivamente.

- No que se refere à zona Euro estima-se que o PIB tenha crescido 5,2%, com todas as economias a apresentarem sinais de recuperação, como países como a Itália, França e Espanha a terem fortes contributos para o crescimento da região.
- Os estímulos financeiros em quase todas as economias europeias, foram essenciais para mitigar os efeitos negativos da pandemia, em particular nas empresas e famílias de baixo rendimento. No entanto, os já preocupantes níveis de inflação têm vindo a ser agravados pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural e da electricidade.
- As condições na América Latina e nas Caraíbas melhoraram significativamente no segundo semestre de 2021, por efeito da diminuição do número de novos casos de Covid-19, de uma taxa de vacinação relativamente elevada (60%), do aumento das exportações para os Estados Unidos da América e para a China e da retoma do sector do turismo, resultando num crescimento de 6,7%, em 2021.
- No caso da África Subsaariana, a economia registou um crescimento de aproximadamente 3,5%, em 2021, por força da recuperação da actividade económica e do aumento do preço das *commodities*. No entanto, a baixa taxa de vacinação da região (6,2%) e o aparecimento de novos surtos obrigaram à adopção de medidas de contenção adicionais em países como a Namíbia, África do Sul e Uganda.
- A região continuou a ser muito fustigada pelo crescimento da inflação e um elevado nível de desemprego, com efeitos nefastos na confiança dos consumidores e no consumo interno. A existência de conflitos sociais e armados, bem como condições climáticas adversas, restringiu, ainda mais, o investimento.
- Estima-se que o crescimento agregado das três maiores economias da região (África do Sul, Angola e Nigéria) tenha sido de 3,1%. A Nigéria (a maior economia da África Subsaariana) terá registado um crescimento de 2,4%, impulsionado pela recuperação dos sectores de actividade económica não relacionados com o petróleo. Na África do Sul, o dinamismo dos sectores mineiros, de manufactura e serviços terá resultado num crescimento de 4,6%, enquanto Angola apenas cresceu 0,4%.

Os estímulos financeiros adoptadas durante a pandemia foram essenciais para mitigar os impactos negativos da redução da actividade económica e proteger as famílias e empresas mais



vulneráveis. No entanto, apesar dos esforços realizados, a pandemia veio agravar o nível de desigualdade entre países desenvolvidos e emergentes e demonstrou ter um impacto mais gravoso nas pessoas e famílias de baixo rendimento, resultando numa perda de, aproximadamente, 3,3% do rendimento neste grupo.

1.2. Economia de Moçambique

De acordo com o Relatório de Conjuntura Económica e Perspectivas de Inflação do Banco de Moçambique, assistimos a uma tendência de recuperação económica com o PIB a crescer 2,2% em 2021, devido à expansão de vários sectores da actividade económica, estimulados pela procura externa e pelos projectos de gás natural na bacia do Rovuma.

O desempenho positivo da economia moçambicana foi impulsionado pelo comportamento da agricultura, pescas e indústria extractiva (2,7%); comércio e serviços (1,3%); serviços financeiros (2,1%); administração pública, saúde e educação (3,3%), entre outros.

Assim, no terceiro e quarto trimestres de 2021, assistimos a claros sinais de recuperação económica, dada a melhoria da procura externa e da retoma gradual da actividade económica, em resultado da redução do número de infeções diárias e do alívio progressivo das restrições. Na vertente dos preços, verificou-se um menor agravamento devido à tendência de estabilização do metical, face ao euro, dólar americano e rand sul-africano.

No entanto, as medidas de contenção da pandemia, em especial, durante o primeiro trimestre do ano, a instabilidade militar, sobretudo na zona norte do país, os constrangimentos nas cadeias de fornecimento de bens, com particular destaque para os principais parceiros comerciais de Moçambique, e o aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais resultaram numa recuperação menos robusta do que se previa. Assim, o crescimento económico sustentável continuará a exigir o aprofundamento de reformas estruturantes na economia, visando fortalecer as instituições, melhorar o ambiente de negócios, atrair investimento e gerar emprego

Nesta conjuntura, mantém-se a perspectiva de pressão sobre a despesa pública e financiamento interno, face à continuação da necessidade de fundos para a mitigação dos impactos da pandemia na economia nacional e para fazer face à necessidade de assistência humanitária às populações fustigadas pelo conflito militar em Cabo Delgado. Neste sentido, a despesa corrente absorveu mais recursos, em 2021, com um aumento de 11,1%, acompanhada da redução do



investimento público em -3,7%, devido, em parte, ao abrandamento no ritmo de implementação das actividades *onshore* dos projectos de gás natural.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a inflação anual, em 2021, situou-se em 6,74%, contra os 3,5% de 2020, mantendo a sua tendência de subida devido à pressão provocada pelo aumento dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis líquidos.

No quadro das relações internacionais, os preços médios das mercadorias com impacto na balança comercial de Moçambique mantiveram uma trajectória de crescimento, com destaque para o preço do petróleo, o que suscita preocupações, tendo em conta o seu impacto na inflação do país.

Em 2021, o saldo das reservas internacionais brutas era de 3.241 milhões de USD, valor suficiente para cobrir mais de 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo as importações dos grandes projectos.

As perspectivas para o curto prazo apontam para a continuação do crescimento e a manutenção da inflação abaixo dos dois dígitos, justificada pelo alívio das medidas restritivas de contenção da pandemia e pela recuperação da procura externa e interna.

Nesse sentido, o Comité de Política Monetária (CPMO) do Banco de Moçambique decidiu manter a taxa de juro de política monetária (taxa MIMO) em 13,25%. A decisão é justificada pela manutenção das perspectivas de uma inflação elevada, por efeito do aumento dos preços dos bens alimentares e dos combustíveis líquidos, bem como dos prováveis constrangimentos na cadeia de fornecimento de bens no mercado internacional.

Os principais desafios do país passam por manter a estabilidade macroeconómica, considerando a exposição às flutuações dos preços e a necessidade de restabelecer a confiança por meio de uma boa governação económica e maior transparência. Um outro desafio prende-se com a diversificação da economia, face à actual dependência de projectos de capital intensivo e da agricultura de subsistência de baixa produtividade, reforçando, em simultâneo, os principais motores de inclusão, tais como a melhoria da qualidade da educação e da prestação de serviços de saúde, entre outros.



2. O Mercado Segurador em Moçambique

De acordo com os dados publicados no Relatório do ISSM - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, referentes a 31 de Dezembro de 2020, o mercado segurador manteve, em 2020, o mesmo número de operadores, contando com um total de 21 seguradoras, incluindo uma micro-seguradora e um ressegurador de direito moçambicano. A maior parte dos operadores exploraram, exclusivamente, os ramos Não Vida.

O quadro seguinte mostra o posicionamento de cada Companhia em 2019 e 2020:

Posicionamento		Empresas de Seguros		Quota de Mercado Global	
2019	2020	Denominação	Natureza	2019	2020
1º	1º	Emose	Mista	22,9%	21,3%
2º	2º	Hollard	Não Vida	12,5%	13,6%
4º	3º	ICE	Não Vida	11,0%	11,6%
3º	4º	SIM	Mista	11,3%	9,8%
5º	5º	Global Alliance	Mista	9,9%	8,6%
Cinco primeiras empresas				67,6%	64,8%
7º	6º	Mediplus	Não Vida	5,7%	6,6%
6º	7º	Índico	Não Vida	6,4%	5,5%
8º	8º	Fidelidade	Não Vida	3,8%	4,3%
9º	9º	Sanlam	Vida	3,4%	4,0%
10º	10º	Britam	Não Vida	1,8%	3,0%
Dez primeiras empresas				88,7%	88,2%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2020 - ISSM

A EMOSE continuou a liderar o mercado, em 2020, com 21,3% de quota (2019: 22,9%), seguida das seguradoras Hollard com 13,6% (2019: 12,5%) e ICE com 11,6% (2019: 11%).

As cinco maiores seguradoras do mercado detinham, à data, 64,8% de quota do mercado, menos 2,8 pontos percentuais, comparativamente ao ano de 2019 e o conjunto das dez primeiras empresas detinham 88,2% (2019: 88,7%).

Em 2020, a quota de mercado da MCS aumentou ligeiramente para 2,6% (2,5% em 2019), ocupando o décimo primeiro lugar no ranking (10º em 2019). Nos ramos Não Vida a quota de mercado da Companhia foi de 3% (2019: 2,9%), conforme informação apresentada na tabela seguinte:



Posicionamento		Empresas de Seguros		Quota de Mercado Não Vida	
2019	2020	Denominação	Natureza	2019	2020
1º	1º	Emose	Mista	21,4%	19,3%
2º	2º	Hollard	Não Vida	14,4%	15,6%
4º	3º	ICE	Não Vida	12,7%	13,4%
3º	4º	SIM	Mista	11,6%	9,9%
5º	5º	Global Alliance	Mista	8,6%	7,7%
7º	6º	Mediplus	Não Vida	6,6%	7,6%
6º	7º	Índico	Não Vida	7,4%	6,4%
8º	8º	Fidelidade	Não Vida	3,9%	5,0%
10º	9º	Britam	Não Vida	2,1%	3,4%
12º	10º	Imperial	Não Vida	1,5%	3,0%
9º	11º	MCS	Mista	2,9%	3,0%
14º	12º	Arko	Não Vida	1,2%	1,6%
11º	13º	Tranquilidade	Não Vida	1,5%	1,3%
15º	14º	Phoenix	Não Vida	1,0%	1,1%
16º	15º	Diamond	Não Vida	0,9%	0,9%
17º	16º	Palma	Não Vida	0,3%	0,6%
18º	17º	NBC Micro-seguros	Não Vida	0,6%	0,1%
13º	18º	Austral	Não Vida	1,3%	-

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2019 - ISSM

Em 2021, o mercado segurador sofreu alterações substanciais, no que se refere ao posicionamento das várias empresas de seguros, destacando-se a aquisição da SIM e Tranquilidade por parte da Fidelidade.

Na tabela seguinte destaca-se a evolução do posicionamento das empresas de seguros, de acordo com o relatório do 3º trimestre de 2021 do ISSM. Assim, no período indicado podemos constatar que a MCS apresentou uma quota de mercado de 4,2%, tendo subido para a 9ª posição do ranking.

Quota de Mercado Não Vida					
Ranking	Segurador	3º Trim. 2021	Var. PP.		Posição face a 2020
1º	Hollard	18,5%	+2,9pp	▲	1
2º	ICE	16,1%	+2,7pp	▲	1
3º	Emose	15,8%	-3,5pp	▼	-2
4º	SIM	8,3%	-1,6pp	■	0
5º	Mediplus	6,6%	-1,0pp	▲	1
6º	Global Alliance	6,5%	-1,2pp	▼	-1
7º	Fidelidade	5,2%	+0,2pp	▲	1
8º	Índico	5,1%	-1,3pp	▼	-1
9º	MCS	4,2%	+1,2pp	▲	2
10º	Imperial	3,4%	+0,4pp	■	0
11º	Britam	3,0%	-0,4pp	▼	-2
12º	Phoenix	2,2%	+1,1pp	▲	2
13º	Palma	1,4%	+0,8pp	▲	3
14º	Arko	1,4%	-0,2pp	▼	-2
15º	Diamond	1,3%	+0,4pp	■	0
16º	Austral	0,6%	+0,6pp	▲	2
17º	Tranquilidade	0,5%	-0,8pp	▼	-4

Fonte: ISSM - Relatório do 3º trimestre de 2021 – Principais Indicadores Trimestrais

**Produção de seguro directo:**

A produção global das empresas de seguros apresentou, no ano em referência, um crescimento de 15,9% (21.2% em 2019).

A produção do ramo Vida cresceu 15,4%, substancialmente abaixo dos 27,5% de 2019 e, por sua vez, os ramos Não Vida apresentaram uma variação de 16%, 4,3 pontos percentuais abaixo de ano anterior (2019: 20,3%).

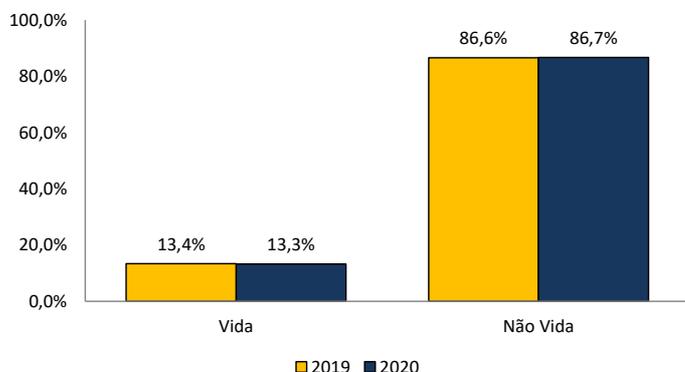
A produção do seguro directo, em 2020, foi de 18.494,1 milhões de meticais, contra 15.950,1 milhões de meticais, em 2019.

A tabela que se segue mostra a evolução da produção de seguro directo e as taxas de crescimento dos ramos Vida e Não Vida entre 2016 e 2020:

	2016	2017	2018	2019	2020
Nº de empresas de seguros	19	20	21	21	21
Não Vida	11	12	13	13	13
Vida	4	4	4	4	4
Mistos	4	4	4	4	4
Nº de empresas de Micro-seguros	1	1	1	1	1
Valor da Produção	10 616,8	13 023,4	13 158,9	15 950,1	18 494,1
Não Vida	8 784,1	11 504,7	11 482,7	13 813,6	16 029,0
Vida	1 832,7	1 518,7	1 676,2	2 136,5	2 465,5
Taxas de Crescimento	13,3%	22,7%	1,0%	21,2%	15,9%
Não Vida	14,3%	31,0%	-0,2%	20,3%	16,0%
Vida	8,3%	-17,1%	10,4%	27,5%	15,4%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2020 – ISSM

Em 2020, os ramos Vida e Não Vida passaram a representar, respectivamente, 13,3% (13,4% em 2019) e 86,7% (86,6% em 2019) do total da produção de seguro directo, conforme quadro seguinte:



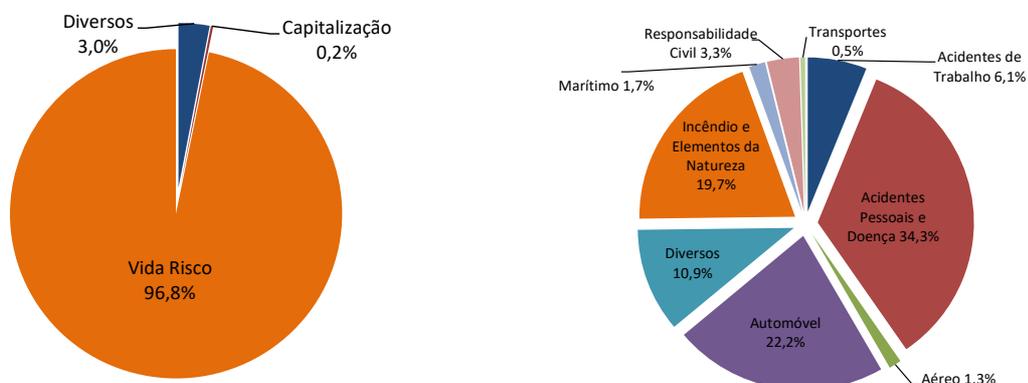
Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2020 – ISSM

Distribuição da produção por ramos - Vida e Não Vida:

Em 2020, a produção de seguro directo do ramo Vida foi de 2.465,1 milhões de meticaís, correspondendo a 326.585 apólices subscritas. Destaca-se a modalidade Vida Risco com 76,2% do total das apólices subscritas.

No que se refere à produção dos ramos Não Vida, foram subscritas 1.221.115 apólices, com destaque para o ramo Automóvel com cerca de 78,3% do total das apólices. A produção destes ramos atingiu o montante de 16.029 milhões de meticaís, o que representa um crescimento de 2.215,4 milhões de meticaís, face a 2019.

O ramo Acidentes Pessoais e Doença apresentou o maior volume de produção com um peso de 34,3% (30,8% em 2019) do total da produção Não Vida, seguindo-se os ramos Automóvel e Incêndio e Elementos da Natureza, com 22,2% (25,8% em 2019) e 19,7% (18,4% em 2019), respectivamente.



Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2020 – ISSM

**Distribuição da sinistralidade por ramos – Vida e Não Vida:**

A taxa de sinistralidade do ramo Vida, em 2020, situou-se em 18,6%, apresentando uma redução de 11,7 pontos percentuais comparativamente ao mesmo período de 2019.

Relativamente aos ramos Não Vida, a taxa de sinistralidade situou-se em 51,9%, verificando-se um aumento de 2,9 pontos percentuais em relação a 2019. O ramo Acidentes de Trabalho apresentou a taxa de sinistralidade mais elevada, com 67,2%, seguido de Responsabilidade Civil Geral com 66,9%. A taxa mais baixa foi registada no ramo Marítimo com -75,4%.

As tabelas que se seguem mostram as taxas de sinistralidade, em 2020 e 2019, por ramo:

Ramo Vida

milhões de meticais

	Custos Com Sinistros	Prémios Adquiridos	Vida Risco	
			2019	2020
Total	294,8	1 584,2	30,3%	18,6%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2020 – ISSM

Ramos Não Vida

milhões de meticais

	Custos Com Sinistros	Prémios Adquiridos	Índice de Sinistralidade	
			2019	2018
Acidentes de Trabalho	540,6	804,3	93,3%	67,2%
Acidentes Pessoais e Doença	1 662,3	2 759,0	46,8%	60,2%
Incêndio e Elementos da Natureza	187,0	503,0	34,1%	37,2%
Automóvel	1 494,0	3 262,1	42,1%	45,8%
Marítimo	(29,1)	38,6	68,8%	-75,4%
Aéreo	2,1	53,8	-22,2%	3,9%
Transportes	12,8	40,2	11,9%	31,9%
Responsabilidade Civil Geral	102,8	153,7	65,8%	66,9%
Diversos	161,8	355,9	42,5%	45,5%
Total	4 134,4	7 970,6	49,0%	51,9%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2020 – ISSM



3. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.

3.1. Plano de Contingência de Prevenção do Covid-19

Ao longo do ano de 2021, os efeitos da pandemia da Covid-19 continuaram a afectar negativamente a economia nacional e os seus impactos, directos e indirectos, fizeram-se sentir, de forma duradoura, no sector segurador e na MCS.

Devido ao prolongado risco, o Plano de Contingência da Moçambique Companhia de Seguros, de prevenção e contenção dos contágios, manteve-se em vigor, tendo sido necessário implementar algumas medidas adicionais de protecção dos colaboradores, clientes e parceiros da Companhia.

Não obstante os cuidados adoptados, incluindo a disponibilização de vacinas a todos os colaboradores da MCS, o impacto na saúde e conseqüente disponibilidade das equipas não foi displicente, com efeitos negativos no andamento de alguns projectos estruturantes, cujo avanço ficou seriamente prejudicado. Apenas a partir do segundo semestre de 2021 se sentiu uma diminuição das faltas por doença associadas à Covid-19.

3.2. Expansão e Desenvolvimento

Em 2021, a MCS continuou a concentrar os seus esforços no desenvolvimento de novos negócios, apostando em ramos e produtos de valor estratégico para a Companhia, dando prioridade à melhoria de sistemas e plataformas informáticas e ao reforço das parcerias comerciais.

No âmbito dos projectos ligados aos novos canais de distribuição, a MCS continuou a dar particular atenção ao projecto de distribuição electrónica, em parceria com a “Recarga Aki”, orientado para a comercialização do seguro de Responsabilidade Civil Automóvel, o qual apresentou uma variação de 81%, face a 2020, ascendendo a 35,2 milhões de meticais e representado um peso de, aproximadamente, 21% do volume total dos prémios do ramo Automóvel.

O investimento neste projecto não só permitiu alargar a capilaridade da MCS, com ganhos de eficiência comercial, ao nível do processo de venda, cobrança e emissão de apólices, como permitiu uma melhor distribuição do risco, mantendo a sinistralidade do ramo Automóvel controlada, apesar do aumento verificado, face a 2020, o que era expectável.



Tal como se verificou em 2020, a natureza digital da venda deste produto, quer ao nível da emissão de apólices, quer no que se refere à cobrança dos prémios, mostrou ser uma ferramenta importante durante os períodos de maiores restrições de mobilidade e contacto social decorrentes das medidas de contenção e prevenção da Covid-19.

Ao nível do desempenho dos restantes produtos comercializados pela Companhia, destaca-se o crescimento substancial do ramo Acidentes e Doença que registou, em 2021, um volume de prémios emitidos de 251,3 milhões de meticaís (2020: 153 milhões de meticaís), impulsionado pela dinamização do produto Saúde por parte da MCS, cuja notoriedade nesta área de negócios tem vindo a aumentar nos últimos anos. Salienta-se, ainda, o trabalho desenvolvido pelos parceiros de negócio da Companhia, bem como o aumento da procura, resultante das crescentes preocupações com os cuidados de saúde devido à pandemia.

Em 2021, a modalidade Viagens mostrou alguns sinais de recuperação, tendo registado um volume de prémios de aproximadamente 2,4 milhões de meticaís. Embora não tenha sido possível recuperar totalmente do impacto das restrições impostas pelas medidas de prevenção da Covid-19, assistimos e esperamos continuar a assistir, nos próximos anos, a uma melhoria substancial no desempenho deste produto, em boa parte, por efeito do protocolo firmado entre a MCS e uma das maiores agências de viagens a operar em Moçambique.

Continua a ser desenvolvido um trabalho intenso de reorganização e dinamização do canal de corretores, quer ao nível da afectação interna de técnicos dedicados, quer por efeito de novas parcerias e segmentação das redes comerciais. A identificação e definição de parceiros “preferenciais” tem resultado na melhoria da qualidade da assistência e da produtividade do canal, conforme atestam os resultados alcançados.

A afectação de uma equipa exclusivamente dedicada à cobrança de prémios, bem como as ferramentas disponibilizadas pelo sistema RIFT têm permitido alcançar um nível de desempenho extremamente positivo nesta área. Em 2021, foram cobrados 713,5 milhões de meticaís, o que corresponde a um rácio de 107,6%, face ao volume de prémios emitidos e uma variação de 32,7%, em relação ao exercício anterior, provendo a Companhia de maior liquidez para responder às suas responsabilidades.



3.2. Recursos Humanos

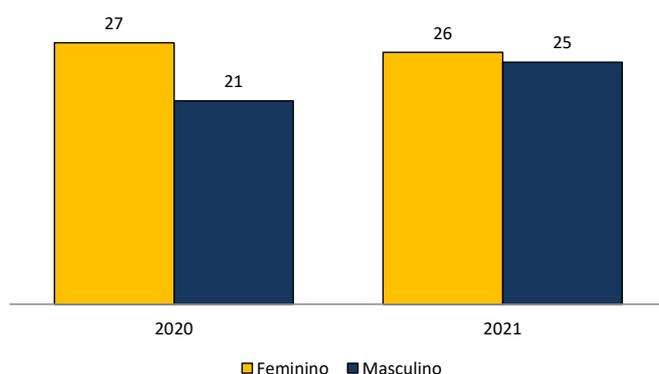
A estrutura organizacional da MCS continuou a merecer uma atenção constante e regular, quer no âmbito da eficiência organizacional e da formação, quer ao nível da retenção, mobilidade interna e recrutamento de novos colaboradores.

Em 2021 foram criadas duas novas estruturas da maior relevância para a consolidação das actividades da Companhia, o Gabinete de Auditoria Interna e o Gabinete de Serviços Jurídicos que irão contribuir para um melhor controlo e eficiência na gestão dos processos, no cumprimento dos procedimentos internos e das normas regulamentares, desenvolvendo a sua actividade em estreita colaboração com os serviços jurídicos e de auditoria externos que já colaboravam com a MCS nas referidas áreas.

A 31 de Dezembro de 2021, o quadro de pessoal da Companhia apresentava 51 colaboradores, mais 3 do que no exercício anterior, o que se justifica pelas novas estruturas atrás referidas e pelos trabalhos de migração de dados do antigo sistema informático para o novo sistema integrado de gestão de seguros (RIFT), sendo de realçar, ainda, a saída de 2 colaboradores em Janeiro e Fevereiro de 2022.

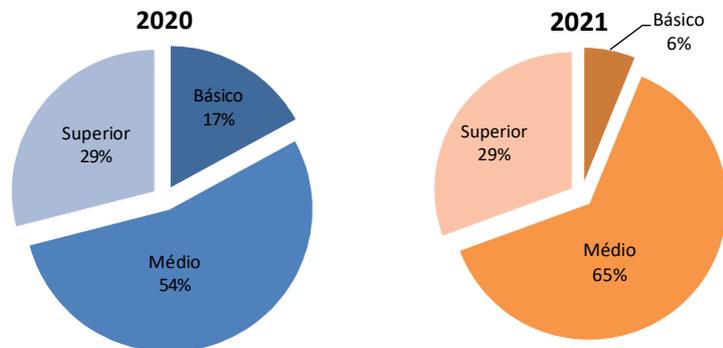
A distribuição por género e nível académico é apresentado nos gráficos seguintes.

Distribuição por género:





Distribuição por nível académico:



A MCS manteve-se fortemente orientada para a formação e para o desenvolvimento de novos conhecimentos e competências profissionais, apesar dos constrangimentos provocados pela pandemia e a necessidade de cumprir com as regras definidas no Plano de Contingência da Companhia, em prol da saúde e bem-estar das equipas.

Neste âmbito, destaca-se a realização de acções de formação externas sobre “Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo na Actividade Seguradora” e sobre o “Regime Jurídico de Seguros e o Contrato de Seguro” num total de 714 horas de formação.

Foram realizadas ainda várias acções de formação internas que incidiram essencialmente nas áreas técnicas de sinistros, subscrição e produção, bem como acções de formação sobre procedimentos internos e sobre o sistema informático RIFT.

3.3. Sistemas de Informação

Em 2021, a implementação do novo sistema informático (RIFT) voltou a ser o projecto com mais impacto na actividade da MCS, quer ao nível da ocupação dos seus recursos humanos, quer no plano operacional e financeiro, contudo, os avanços previstos e calendarizados para 2021 foram severamente prejudicados pelo impacto da pandemia, quer nas equipas de gestão da MCS, o que afectou o desenvolvimento de novas tarifas, a definição de procedimentos internos e a configuração dos processos de *workflow*, quer nas equipas de desenvolvimento da Holos, resultando em atrasos irrecuperáveis durante o exercício.

No entanto, as melhorias operacionais por efeito dos recursos tecnológicos oferecidos pelo novo sistema têm sido muito relevantes, com destaque para a eficiência dos processos de subscrição,



gestão de sinistros e controlo das cobranças, o que é bem visível não só no crescimento da produção da Companhia, mas também no volume de prémios cobrados.

No que se refere ao desenvolvimento e implementação dos diferentes ramos da actividade, o RIFT já disponibiliza todos os ramos comercializados pela MCS, à excepção de Responsabilidade Civil Geral (presentemente em fase de configuração) e o ramo Diversos.

2021 foi ainda marcado por um avanço substancial na migração de apólices e sinistros activos no antigo sistema informático (WinSGS), tendo sido criadas equipa de trabalho exclusivamente dedicadas à migração de dados e recuperação de informação dos clientes, essencial para a gestão dos contratos e sinistros.

Em conclusão, o novo sistema informático permitiu criar um conjunto de ferramentas e automatismos em todas as áreas operacionais da Companhia, complementado com módulos de *workflow* e gestão documental, cujo contributo tem sido fundamental no plano da mitigação dos riscos, na melhoria do controlo operacional e na fiabilidade dos dados.

3.4. Marketing e Imagem Institucional

À semelhança das acções realizadas no ano anterior, 2021 contou com um reforço das iniciativas de marketing presencial para promoção, divulgação e suporte à venda do produto Mova, distribuído através da plataforma electrónica da Recarga Aki. Estas acções tiveram a participação de uma equipa de promotores da MCS, distribuídos por diversas regiões do país, com destaque para a província de Maputo.

No âmbito da comemoração do vigésimo aniversário da MCS foi lançada uma campanha publicitária multicanal (televisão, rádio e outdoors) com o intuito de promover e divulgar a imagem corporativa da Companhia, dando destaque aos principais produtos estratégicos e à já longa e profícua história da MCS no mercado segurador moçambicano.

Para além das iniciativas acima referidas, realizaram-se algumas campanhas de *merchandising* para dinamização dos produtos Automóvel e Saúde, assim como a habitual campanha de fim do ano, junto dos principais parceiros.



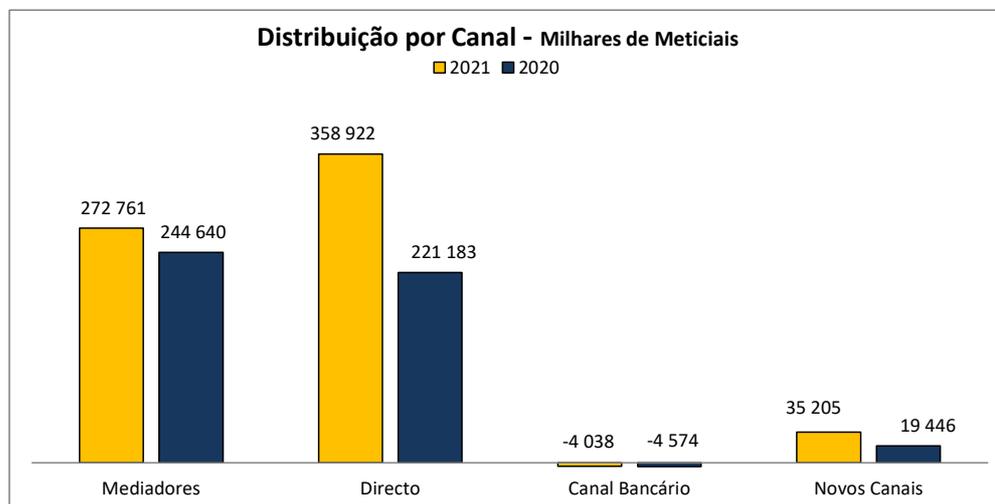
3.5. Análise da Actividade

3.5.1. Produção

Em 2021, os Prémios Brutos Emitidos atingiram o montante de 662.851 milhares de meticais (2020: 480.497 milhares de meticais), representando uma variação de 38%, face a 2020. Este crescimento resultou, no essencial, dos ramos Acidentes Pessoais e Doença (com destaque para o produto de Saúde), Automóvel e Incêndio e Elementos da Natureza, com variações de 64,7%, 36,3% e 21,1%, respectivamente. Destaca-se, também, a melhoria no desempenho do canal directo e o aumento da eficácia do processo de cobranças, que permitiu reduzir o volume de anulações.

O comportamento dos Prémios Brutos Emitidos (PBE) por canal apresentou, em 2021, a seguinte distribuição face 2020: o canal directo passou a ter uma contribuição de 54,1%, contra os 46% registados no ano transacto, seguido do canal mediadores com 41,1% (2019: 51%) e dos novos canais com 5,3%, contra os 4% de 2020.

O gráfico abaixo ilustra os PBE por canal em 2021 e 2020:



A Companhia continua a manter, na sua carteira de clientes, várias das mais qualificadas empresas e entidades do mercado nacional, das quais se destacam o Grupo Vodacom, Grupo Visabeira Moçambique, Telecomunicações de Moçambique, Electricidade de Moçambique, Conselho de Estado, Banco Único, Médicos Sem Fronteiras, entre outros.



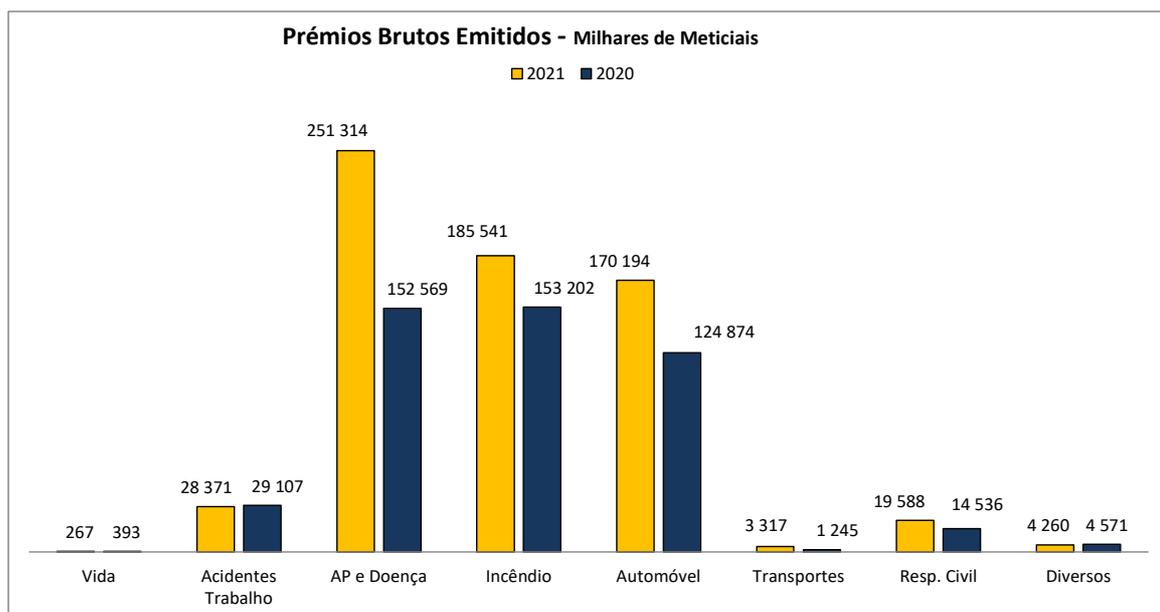
No ano de 2021, foram emitidas 15.955 novas apólices (2020: 13.751), o que representa um crescimento de 16%, face a 2020:

- 14.550 do ramo Automóvel;
- 511 do ramo Acidentes Pessoais e Doença;
- 328 do ramo Acidentes de Trabalho;
- 280 do ramo Diversos;
- 136 do ramo Incêndio e Elementos da Natureza;
- 81 do ramo Transportes;
- 65 do ramo Responsabilidade Civil Geral;
- 4 do ramo Vida.

O prémio médio por apólice em carteira fixou-se em 17,39 milhares de meticais (2020: 19,62 milhares de meticais).

O conjunto dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Doença e Incêndio e Elementos da Natureza representam 91,6% dos PBE, com 25,7% (2020: 26%), 37,9% (2020: 31,8%) e 28% (2020: 31,9%), respectivamente.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos PBE em 2021 e 2020:





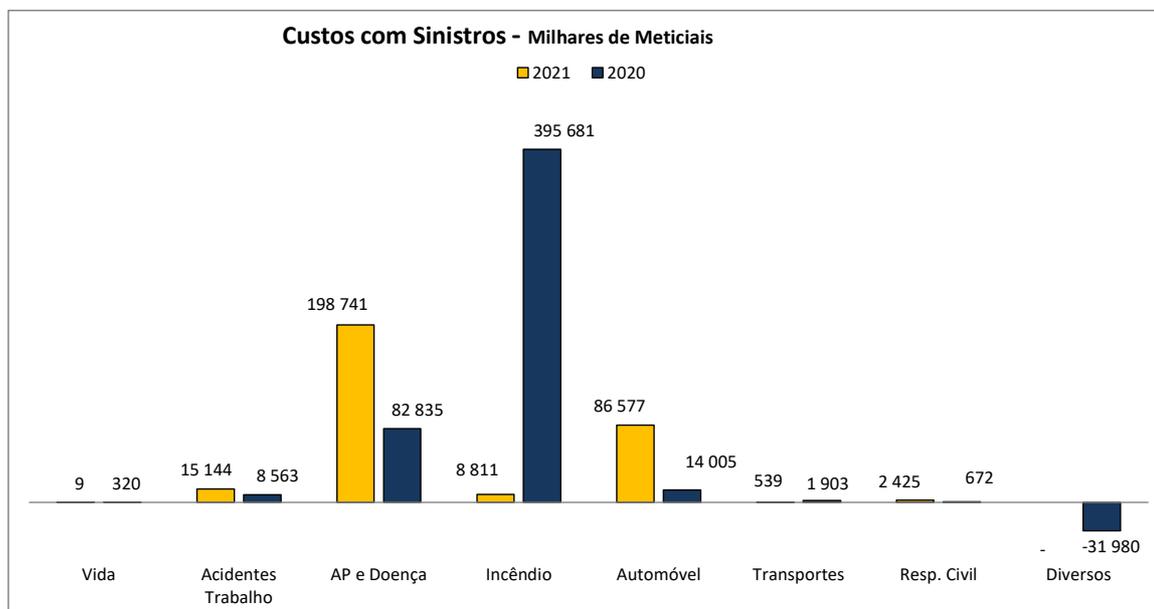
3.5.2. Sinistros

No exercício de 2021, a Companhia registou a participação de 1.721 sinistro (2020: 1.757 processos), tendo sido encerrados 719 processos. No final do exercício, o número de processos de sinistro pendentes era de 1.002 (2020: 1.408). Dos processos pendentes, 503 dizem respeito a sinistros de Saúde, cuja conclusão estava dependente da recepção de facturas dos prestadores.

Os custos com sinistros atingiram 312.245 milhares de meticais em 2021 (484.077 milhares de meticais em 2020). Os montantes pagos foram de 260.865 milhares de meticais, com uma variação das provisões de 51.381 milhares de meticais.

As principais variações verificaram-se nos ramos Incêndio e Elementos da Natureza, face à menor incidência de fenómenos naturais extremos em 2021, Automóvel e Acidentes Pessoais e Doença, na sequência do crescimento substancial destes dois ramos e do aumento dos custos de internamento e cuidados de saúde por efeito da pandemia da Covid-19.

O gráfico abaixo mostra a evolução dos custos com sinistros em 2021 e 2020:





De seguida apresentam-se os rácios de sinistralidade de seguro directo em 2021 e 2020:

Rácios de sinistralidade / prémios adquiridos

Ramo	2021	2020
Vida	1,12%	49,32%
Acidentes de Trabalho	49,32%	83,93%
Acidentes Pessoais e Doença	83,93%	4,63%
Incêdio e Elementos da Natureza	4,63%	52,82%
Automóvel	52,82%	15,80%
Transportes	15,80%	12,76%
Responsabilidade Civil	12,76%	0,00%
Diversos	0,00%	48,06%
Rácio Global	48,06%	105,89%

O rácio de sinistralidade da Companhia, em 2021, fixou-se em 46,38% dos prémios adquiridos, com destaque para o ramo Acidentes Pessoais e Doença.

Analisando as taxas de sinistralidade, verificamos que os rácios foram globalmente mais favoráveis, em 2021, à excepção dos ramos Acidentes Pessoais e Doença e Automóvel.

De seguida passamos a apresentar os rácios de sinistralidade, líquidos de resseguro sobre os prémios adquiridos em 2021 e 2020:

Rácios de sinistralidade líquidos de resseguro

Ramo	2021	2020
Vida	1,55%	54,20%
Acidentes de Trabalho	61,35%	55,49%
Acidentes Pessoais e Doença	76,42%	36,16%
Incêdio e Elementos da Natureza	13,05%	188,84%
Automóvel	61,40%	13,39%
Transportes	21,14%	91,77%
Responsabilidade Civil	64,40%	96,76%
Diversos	0,00%	-352,18%
Rácio Global	66,41%	15,50%



3.5.3. Custos de Exploração

No que se refere aos custos de exploração, o valor apurado em 2021 foi de 41.437 milhares de meticais, antes da imputação dos gastos gerais, representando um aumento de 31%, face a 2020, por efeito do crescimento da carteira de prémios da Companhia e resultando na diminuição do peso dos custos exploração sobre os prémios adquiridos, conforme indicado na tabela abaixo.

O quadro abaixo, resume o rácio dos custos de exploração por ramo em 2021 e 2020:

Ramo	2021	2020
Vida	8,81%	15,85%
Acidentes de Trabalho	4,46%	18,45%
Acidentes Pessoais e Doença	7,24%	4,77%
Incêndio e Elementos da Natureza	4,44%	8,38%
Automóvel	8,04%	16,40%
Transportes	14,24%	50,34%
Responsabilidade Civil	4,19%	8,06%
Diversos	1,63%	13,34%
Total	6,40%	10,25%

3.5.4. Custos por Natureza

Em 2021, os Custos por Natureza apresentaram uma variação de 11,1%, ascendendo a 138,77 milhões de meticais (2020: 124,88 milhões de meticais), o que representa um peso de 21,4% dos prémios adquiridos e uma redução de 5,9 pontos percentuais, face ao período homólogo.

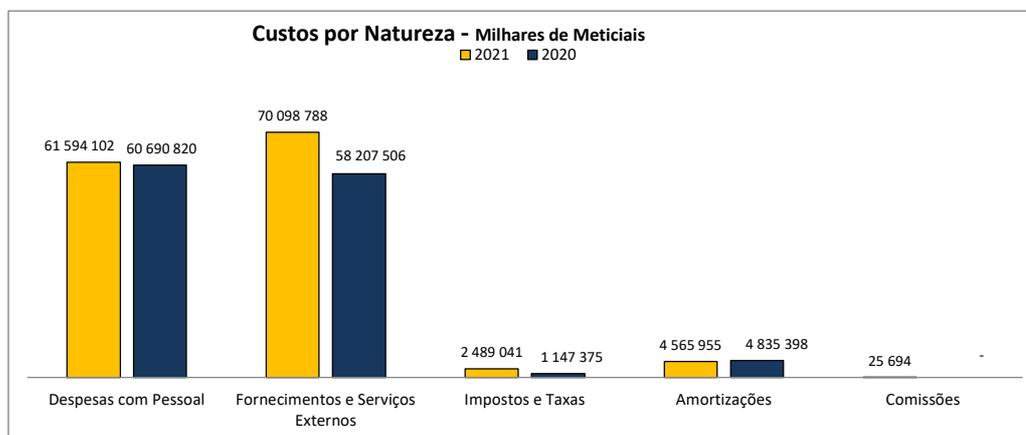
As Despesas com Pessoal, incluindo as remunerações dos Órgãos Sociais, apresentaram um aumento de 1,5%, enquanto os Fornecimentos e Serviços Externos cresceram 20,4%. Os restantes custos (impostos e taxas, amortizações e comissões) representam 5,1% do total dos Custos por Natureza, com uma variação de 18,4%, face a 2020.

De seguida é explicitada a composição dos custos por natureza em 2021 e 2020:

Ramo	2021		2020	
Custos por Natureza	138 773 580	21,4%	124 881 100	27,3%
Despesas com Pessoal	61 594 102	9,5%	60 690 820	13,3%
Outros Custos	77 179 478	11,9%	64 190 280	14,0%
Fornecimentos e Serviços Externos	70 098 788	10,8%	58 207 506	12,7%
Impostos e Taxas	2 489 041	0,4%	1 147 375	0,3%
Amortizações	4 565 955	0,7%	4 835 398	1,1%
Comissões	25 694	0,0%	-	0,0%
Prémios Adquiridos	649 639 527		457 157 023	



No gráfico que se segue é feita a ilustração dos custos por natureza em 2021 e 2020:



3.5.5. Resseguro Cedido

O resseguro cedido apresentou, no final de 2021, um saldo financeiro favorável aos resseguradores de 212.051 milhares de meticais, devido à melhoria substancial da sinistralidade no ramo Incêndio e Elementos da Natureza. No ano transacto, o saldo foi desfavorável em 242.736 milhares meticais por efeito dos ciclones Idai e Kenneth.

De seguida é apresentado o resultado do movimento com os resseguradores em 2021 e 2020:

Resseguro	2021	2020
Prémios de Resseguro Cedido	317 669 982	206 657 019
Comissões e Participação nos Resultados	34 751 040	17 473 125
Sinistros e Variação da provisão para sinistros	83 431 980	443 466 834
Provisão Para Prémios Não Adquiridos	(12 563 937)	(11 539 857)
Resultado para os Resseguradores	212 050 899	(242 743 083)
Prémios de Seguro Directo	662 851 169	480 497 320
Taxa de Cedência	47,92%	43,01%

Face aos bons resultados apresentados em 2021, o programa de resseguro, liderado pela Swiss Re foi renovado para 2022. No que se refere ao tratado de Saúde, a Africa Re, também, renovou as condições que vigoraram durante os últimos dois exercícios.



3.5.6. Gestão de Investimentos

No exercício de 2021, a política de investimentos continuou a ter um maior peso em aplicações de depósitos a prazo, correspondendo a 59% do total. No entanto, é de salientar o aumento dos bilhetes de tesouro que passou a representar 25% do valor total investido.

O quadro que se segue ilustra os investimentos por tipologia em 2021 e 2020:

Investimentos líquidos de desinvestimentos – milhares de meticais

Tipo de Investimento	2021	2020
Depósitos a Prazo	227 492	102 827
Bilhetes de Tesouro	100 000	-
Imóveis	62 745	61 956
De Serviço Próprio	62 745	61 956
Total de Investimentos	390 237	164 783

3.5.7. Situação Financeira

O activo líquido, em 2021, totalizou 948.896 milhares de meticais, sendo o valor, em 2020, de 902.600 milhares de meticais. O total dos capitais próprios fixou-se, em 2021, em 217.721 milhares meticais, situando-se em 187.341 milhares de meticais, em 2020.

No exercício de 2021 a cobrança de recibos atingiu o valor de 713.515 milhares de meticais (2020: 537.887 milhares de meticais), o que representa cerca de 107,6% dos prémios processados. Estes indicadores reflectem o esforço de cobrança desenvolvido ao longo do exercício, bem como a implementação de processos tecnológicos mais eficientes na regularização dos prémios em dívida.

O montante dos prémios em cobrança, em 31 de Dezembro de 2021, fixou-se em 107.595 milhares de meticais (2020: 153.385 milhares de meticais), uma variação de -31,8% (-48,8 milhões de meticais). A provisão para estes recibos ascende a 17.027 milhares de meticais. O valor de prémios à cobrança, com menos de 1 ano, representa 99,5% do montante total. A provisão para prémios em cobrança está em conformidade com os critérios definidos pela Autoridade de Supervisão.



O valor do passivo da Companhia, no final de 2021, era de 731.174 milhares de meticais (2020: 727.949 milhares de meticais) sendo, no essencial, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4. Perspectivas para 2022

Os efeitos da pandemia da Covid-19 e a acentuada degradação económico-social que atingiu as cadeias de produção, consumo e investimento, com impacto substancial no preço de bens e serviços, ainda se fez sentir, significativamente, durante ano de 2021. Apesar dos sinais de recuperação, 2022 será ainda um ano muito afectado pelas “ondas de choque” provocadas pela pandemia.

As populações mais vulneráveis têm tido maior dificuldade em resistir aos impactos negativos da crise, com perdas de emprego e de rendimento e muito fustigados pelo aumento da inflação. Embora o processo de vacinação e a redução do número infecções tenham trazido sinais encorajadores, a recuperação económica tem sido mais lenta e menos robusta do que inicialmente se previa.

Relativamente ao crescimento económico mundial para 2022, as perspectivas do Fundo Monetário Internacional foram revistas em baixa para 4,4%, em resultado da manutenção de medidas de restrição à mobilidade, da volatilidade dos mercados financeiros, das dificuldades nas cadeias de abastecimento e das pressões inflacionárias.

Em 2022, as projecções para Moçambique apontam para a continuação do crescimento do PIB nacional, o qual apresentou uma variação homóloga de 3,4% no terceiro trimestre de 2021. Perspectiva-se, assim, o aumento do consumo interno e da procura externa, impulsionado pela redução dos casos de infecção, do alívio das medidas de contenção da Covid-19, do aumento das exportações e do aumento do ritmo de implementação dos projectos de gás na bacia do Rovuma que deverão criar oportunidades para a diversificação da economia, melhoria da sua resiliência e aumento da competitividade em diversos sectores, estimulando o desenvolvimento da indústria e melhorando a estabilidade macroeconómica.

Contudo, as incertezas relacionadas com o impacto mundial da guerra na Ucrânia, com efeitos negativos no preço do petróleo e do gás natural, resultando no aumento dos preços dos transportes e dos bens alimentares, entre outros, bem como o impacto de fenómenos naturais



extremos e a prevalência da instabilidade militar no norte do país continuam a ser factores de incerteza sobre a evolução económica nacional.

Quanto à Moçambique Companhia de Seguros, o ano de 2022 arrancou de uma forma promissora, com uma evolução positiva dos Prémios Brutos Emitidos, nos primeiros dois meses de actividade, prevendo-se que a Companhia continue a crescer, depois de ter alcançado crescimentos de 21%, em 2020, e 38% em 2021.

Apesar de um quadro de preocupação e incerteza, o desempenho da MCS no início do ano, os desenvolvimentos tecnológicos, em fase de conclusão, e as perspectivas de recuperação económica permitem antever um exercício favorável.

No presente exercício, deu-se continuidade às actividades previstas no Plano Estratégico da Companhia assente no crescimento, rentabilidade e qualidade, suportado pelo desenvolvimento de plataformas tecnológicas.

A implementação de diversas iniciativas nas áreas da subscrição, sinistros e controlo interno, bem como a valorização dos recursos humanos, deverá impulsionar o crescimento dos prémios, através da aposta em produtos estratégicos, na realização de campanhas comerciais e publicitárias, no reforço dos novos canais e na dinamização das redes de distribuição tradicionais, suportados por uma criteriosa política de gestão e selecção de riscos e pela adopção de medidas destinadas à redução da sinistralidade. Assim, procurar-se-á garantir o necessário equilíbrio na exploração técnica das várias linhas de negócio da Companhia.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 30.380.300 meticais, seja aplicado na constituição de reservas legais (6.076.060 meticais), de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, em reserva estatutária, no valor de 1.519.015 meticais, e o remanescente no valor de 22.785.225 meticais seja levado à resultados transitados.

Com a aplicação do resultado constante da presente proposta, a situação líquida da Companhia fixar-se-á em 217.721.467 meticais, incluindo resultados transitados negativos no valor de 36.039.148 meticais.



6. Notas Finais

A finalizar, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades que nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, nomeadamente:

- ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério da Economia e Finanças, que tem procurado assegurar ao país um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- aos Clientes pela confiança demonstrada;
- aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;
- ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- aos Auditores, pela colaboração prestada;
- à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- aos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- aos Agentes, Corretores e restantes parceiros pela colaboração prestada;
- aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.

Maputo, 15 de Abril de 2022

O Conselho de Administração

O Presidente

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A., representada por Lucas Fazine Chachine

O Vice - Presidente

Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por Fernando Dias Nogueira

O Vogal

Bento Nuno de Mira Serrano



Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Ganhos e Perdas



Activo



Passivo



Variação de capitais próprios



Rendimento integral



Fluxos de Caixa

Notas às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado, com sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros, em todos os ramos Vida e Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas a ser realizada a 27 de Abril de 2022.

2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.



Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros em MZN às datas de 31 de Dezembro de 2021 e de 31 de Dezembro de 2020 foram as seguintes:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Dólar Norte-Americano	63,83	74,89
Randes Sul Africano	4,01	5,10
Euro	72,28	92,05

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.

Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não



são revertidas através dos lucros ou prejuízos. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e



sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.



c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.



d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.



Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados inicialmente pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro sempre que apresentem montantes e prazo de maturidade significativa, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.



O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 4 a 6 anos
- Mobiliário e material: 6 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua efectivação.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio, a MCS passou a adoptar desde o exercício de 2016, o modelo de revalorização, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS



40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.



m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.



Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método *pro-rata temporis*. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.

Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.



Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Vida e Não Vida pelo correspondente a 1% e 5%, respectivamente, dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais



oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISSM, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2021 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

p) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota (j) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

q) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente, os ramos Vida, Não Vida e os Serviços de Gestão de Investimentos.



2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;
- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.



A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR).

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que se efectue adequados julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.



2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desses exercícios.

De igual modo, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, nomeadamente:

- Ramo Vida, ainda numa fase incipiente de exploração e com o peso residual no total da produção da Companhia.
- Ramos Não Vida que compreendem a generalidade dos seguros comercializados para particulares e empresas.
- Serviços de Gestão de Investimentos que gere as aplicações decorrentes dos prémios recebidos dos segurados.

A definição destes segmentos de negócio foi efectuada tendo em conta a similaridade da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração dos mesmos e a organização de gestão em vigor na Companhia.

O desempenho por segmento é avaliado com base nos ganhos e perdas apresentados.

O balanço por segmentos de negócio foi elaborado, com excepção dos activos financeiros, das provisões técnicas e dos resultados antes de impostos (que já estavam registados por ramo de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio, as percentagens das provisões técnicas.

**BALANÇO POR SEGMENTOS**

31/dez/21

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	39 226	20 284 255	-	20 323 481
Empréstimos e contas a receber	439 079	227 053 076	-	227 492 155
Outros depósitos	439 079	227 053 076	-	227 492 155
Investimentos a deter até a maturidade	193 009	99 806 991	-	100 000 000
Edifícios	-	62 744 923	-	62 744 923
Outros activos tangíveis	-	11 275 956	-	11 275 956
Outros activos intangíveis	-	73 964 952	-	73 964 952
Provisões técnicas de resseguro cedido	825 000	80 769 567	-	81 594 567
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	180 953 992	165 036 646	346 152 879
Activos por impostos	-	8 631 666	-	8 631 666
Acréscimos e diferimentos	-	16 715 384	-	16 715 384
Total do activo	1 658 556	782 200 762	165 036 646	948 895 963
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	1 722 239	320 666 842	-	322 389 080
Empréstimos obtidos	-	48 258 696	-	48 258 696
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	265 897 336	37 651 414	303 548 750
Passivos por impostos	-	34 307 324	-	34 307 324
Passivos por impostos correntes	-	23 284 181	-	23 284 181
Passivos por impostos diferidos	-	11 023 143	-	11 023 143
Acréscimos e diferimentos	-	-	22 670 645	22 670 645
Total do passivo	1 722 239	669 130 197	60 322 059	731 174 495
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	100 500 000	-	167 500 000
Reservas de reavaliação	-	34 619 999	-	34 619 999
Reserva por impostos diferidos	-	(11 078 399)	-	(11 078 399)
Reserva legal	-	-	45 077 081	45 077 081
Reservas estatutárias	-	-	8 582 226	8 582 226
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(58 824 373)	(58 824 373)
Resultados do exercício	743 000	26 213 242	3 424 058	30 380 300
Total do Capital Próprio	67 743 000	150 254 842	(276 375)	217 721 467
Total do Passivo e do Capital Próprio	69 465 239	819 385 039	60 045 684	948 895 963


BALANÇO POR SEGMENTOS

31/dez/20

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	845 731	229 595 354	-	230 441 085
Empréstimos e contas a receber	380 791	103 375 290	-	103 756 080
Edifícios	-	64 165 290	-	64 165 290
Outros activos tangíveis	-	6 223 397	-	6 223 397
Outros activos intangíveis	-	66 390 983	-	66 390 983
Provisões técnicas de resseguro cedido	1 402 500	37 122 632	-	38 525 132
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	162 241	252 749 137	95 568 751	348 480 130
Activos por impostos	-	5 026 981	-	5 026 981
Acréscimos e diferimentos	-	39 591 884	-	39 591 884
Total do activo	2 791 263	804 240 948	95 568 751	902 600 962
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	2 949 172	291 098 616	-	294 047 788
Empréstimos obtidos	-	49 950 913	-	49 950 913
Outros credores por operações de seguros e outras operações	-	288 096 932	35 558 894	323 655 826
Passivos por impostos	-	38 341 189	-	38 341 189
Acréscimos e diferimentos	-	-	9 264 079	9 264 079
Total do passivo	2 949 172	667 487 651	44 822 973	715 259 796
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	100 500 000	-	167 500 000
Reservas de reavaliação	-	35 394 290	-	35 394 290
Reserva por impostos diferidos	-	(11 326 172)	-	(11 326 172)
Reserva legal	-	-	24 904 068	24 904 068
Reservas estatutárias	-	-	3 538 973	3 538 973
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(134 999 689)	(134 999 689)
Resultados do exercício	1 922 065	112 958 564	(14 015 565)	100 865 064
Total do Capital Próprio	68 922 065	237 526 681	(119 107 579)	187 341 167
Total do Passivo e do Capital Próprio	71 871 236	905 014 332	(74 284 606)	902 600 962


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS

	2021			Totais do Exercício
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	547 706	343 985 776	-	344 533 482
Prémios brutos emitidos	266 535	662 584 634	-	662 851 169
Prémios de resseguro cedido	(202 842)	(317 467 139)	-	(317 669 982)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	491 319	(13 702 962)	-	(13 211 642)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	(7 306)	12 571 243	-	12 563 937
Custos com sinistros líquidos de resseguro	8 505	228 804 914	-	228 813 418
Montantes pagos				
Montantes brutos	23 762	260 840 882	-	260 864 644
Parte dos resseguradores	-	(58 843 993)	-	(58 843 993)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	(15 258)	51 396 011	-	51 380 754
Parte dos resseguradores	-	(24 587 987)	-	(24 587 987)
Outras provisões técnicas, liquidadas de resseguro	(3 199)	(41 982 241)	-	(41 985 440)
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro				
Montante bruto	(770 000)			(770 000)
Parte dos resseguradores	577 500			577 500
Gastos de exploração líquidos	134 312	143 902 093	-	144 036 404
Custos de aquisição	30 248	64 224 748	-	64 254 996
Custos de aquisição diferidos (variação)	49 644	187 798	-	237 442
Custos administrativos	64 420	114 230 587	-	114 295 007
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(10 000)	(34 741 040)	-	(34 751 040)
Rendimentos				
Outros	-	-	25 177 723	25 177 723
Gastos com investimentos				
Outros	21	36 566	-	36 586
Perdas de imparidade (liquidadas de reversão)	(142 432)	(12 988 797)	-	(13 131 229)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(142 432)	(12 988 797)	-	(13 131 229)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(5 262 158)	(5 262 158)
Resultado antes de imposto	743 000	26 213 242	19 915 564	46 871 807
Impostos correntes	-	-	(16 736 299)	(16 736 299)
Impostos diferidos	-	-	244 792	244 792
Resultado líquido do exercício	743 000	26 213 242	3 424 058	30 380 300


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS

	2020			Totais do Exercício
	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	651 428	261 388 433	-	262 039 861
Prémios brutos emitidos	393 419	480 103 901	-	480 497 320
Prémios de resseguro cedido	(262 730)	(206 394 289)	-	(206 657 019)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	462 887	(23 803 184)	-	(23 340 297)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	57 852	11 482 005	-	11 539 857
Custos com sinistros líquidos de resseguro	353 068	40 256 920	-	40 609 988
Montantes pagos				
Montantes brutos	337 811	631 714 602	-	632 052 413
Parte dos resseguradores	-	(491 453 907)	-	(491 453 907)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	15 258	(147 990 848)	-	(147 975 591)
Parte dos resseguradores	-	47 987 073	-	47 987 073
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	5 534	1 199 508	-	1 205 041
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro				-
Montante bruto	(7 940 000)			(7 940 000)
Parte dos resseguradores	5 955 000			5 955 000
Gastos de exploração líquidos	213 316	137 367 577	-	137 580 892
Custos de aquisição	22 407	51 523 311	-	51 545 718
Custos de aquisição diferidos (variação)	74 047	788 408	-	862 455
Custos administrativos	130 062	102 515 782	-	102 645 844
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(13 201)	(17 459 925)	-	(17 473 125)
Rendimentos				
Outros	-	-	4 203 232	4 203 232
Gastos com investimentos				
Outros	14	11 098	-	11 112
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	142 432	(30 405 233)	(67 490)	(30 330 291)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	142 432	(30 405 233)	(67 490)	(30 330 291)
Outros rendimentos/gastos	-	-	(2 534 207)	(2 534 207)
Resultado antes de imposto	1 922 065	112 958 564	1 736 516	116 617 144
Impostos correntes	-	-	(15 996 872)	(15 996 872)
Impostos diferidos	-	-	244 792	244 792
Resultado líquido do exercício	1 922 065	112 958 564	(14 015 565)	100 865 064



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Caixa	185 544	199 711
Depósitos à Ordem	20 137 937	230 241 374
	<u>20 323 481</u>	<u>230 441 085</u>

4.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela MCS à data do fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
<u>Meticais</u>		
Millennium BIM	101 578 082	-
Banco Comercial e de Investimentos	58 833 647	60 516 665
First National Bank	19 481 951	6 468 450
Banco Único	10 258 939	6 869 849
Moza Banco	-	563 559
Banco BIG	-	162 678
Standard Bank	22 471 966	15 477 441
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
Banco Único	302 599	352 964
Banco Comercial e de Investimentos	8 504 548	6 060 970
First National Bank	740 590	869 688
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	5 319 833	6 413 816
	<u>227 492 155</u>	<u>103 756 080</u>



4.3. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Bilhetes de Tesouro	100 000 000	-
	<u>100 000 000</u>	<u>-</u>

Os Bilhetes de Tesouro foram adquiridos em Abril de 2021, com maturidade de 1 ano, tendo o seu vencimento a 27 de Abril de 2022. Estes títulos rendem juros a uma taxa de 13,38% anual, pagos antecipadamente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

4.4. Edifícios de uso próprio

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a Sede da Companhia, por uma Agência pré fabricada adquirida durante o exercício de 2017 na fronteira de Ressano Garcia, em Maputo, para a comercialização exclusiva de seguro automóvel e uma Copa anexa ao edifício Sede.

Os valores contabilísticos dos edifícios decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	38 248 756	38 248 756
	<u>71 455 774</u>	<u>71 455 774</u>
Depreciações acumuladas	(10 395 333)	(9 183 214)
Valor líquido	<u>61 060 441</u>	<u>62 272 560</u>



	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Agência Ressano Garcia		
Custo	633 555	633 555
	<u>633 555</u>	<u>633 555</u>
Depreciações acumuladas	(221 300)	(170 616)
Valor líquido	<u>412 255</u>	<u>462 939</u>
	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Copa da Sede		
Custo	1 575 636	1 575 636
	<u>1 575 636</u>	<u>1 575 636</u>
Depreciações acumuladas	(303 409)	(145 845)
Valor líquido	<u>1 272 226</u>	<u>1 429 790</u>
Total líquido	<u>62 744 922</u>	<u>64 165 290</u>

4.5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	<u>31/dez/20</u>	<u>Compras</u>	<u>Vendas / Abates</u>	<u>Transferências/ Regularizações</u>	<u>31/dez/21</u>
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 809 233	32 490	(1 532 580)	75 407	384 550
Máquinas e ferramentas	497 028	-	(497 028)	-	-
Equipamento informático	9 521 905	1 852 190	(7 424 128)	(75 407)	3 874 560
Material de transporte	14 048 792	5 470 000	(10 953 792)	-	8 565 000
Mobiliário e material	7 212 706	70 218	(3 270 582)	-	4 012 342
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	(483 800)	-	516 408
Activos em curso	534 932	-	-	-	534 932
	<u>35 569 896</u>	<u>7 424 898</u>	<u>(24 161 910)</u>	<u>-</u>	<u>18 832 884</u>



	31/dez/20	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências/Regularizações	31/dez/21
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1 625 834	37 231	(1 532 580)	196 399	326 884
Máquinas e ferramentas	497 028	-	(497 028)	-	-
Equipamento informático	8 329 945	765 075	(7 424 128)	(121 978)	1 548 915
Material de transporte	12 543 230	1 116 301	(10 953 792)	-	2 705 739
Mobiliário e material	5 463 779	364 550	(3 270 582)	(73 029)	2 484 718
Outro equipamento	886 684	87 789	(483 800)	-	490 673
	29 346 499	2 370 946	(24 161 910)	1 392	7 556 928
Valor líquido	6 223 397				11 275 956

O aumento verificado na rubrica de equipamento informático refere-se, essencialmente, à aquisição de computadores e impressoras para repor os bens já depreciados.

No que se refere ao material de transporte, o aumento registado é justificado pela aquisição de viaturas para o reforço da frota automóvel.

A 31 de Dezembro de 2020, o movimento nos activos tangíveis era o seguinte:

	31/dez/19	Compras	Vendas / Abates	Transferências/Regularizações	31/dez/20
Custo de aquisição					
Equipamento administrativo	1 692 213	117 020	-	-	1 809 233
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	8 749 955	771 949	-	-	9 521 905
Material de transporte	15 187 792	-	(1 139 000)	-	14 048 792
Mobiliário e material	7 113 105	99 601	-	-	7 212 706
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	1 011 602	-	-	(476 670)	534 932
	36 196 995	988 570	(1 139 000)	(476 670)	35 569 896



	31/dez/19	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências/Regularizações	31/dez/20
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1 593 964	31 870	-	-	1 625 834
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 688 894	641 051	-	-	8 329 945
Material de transporte	12 138 764	1 543 466	(1 139 000)	-	12 543 230
Mobiliário e material	5 070 975	392 804	-	-	5 463 779
Outro equipamento	851 444	35 239	-	-	886 684
	27 841 069	2 644 430	(1 139 000)	-	29 346 499
Valor líquido	8 355 927				6 223 397

4.6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	31/dez/20	Aumentos	Abates	Transferências	31/dez/21
Custo de aquisição					
Despesas em edifícios arrendados	21 931 689	-	(878 800)	124 009	21 176 898
Activos em curso	47 729 930	8 348 610	-	(124 009)	55 954 531
	69 661 619	8 348 610	(878 800)	-	77 131 429
	31/dez/20	Amortizações do exercício	Abates	Transferências	31/dez/21
Amortizações acumuladas					
Despesas em edifícios arrendados	3 270 636	774 641	(878 800)	-	3 166 477
	3 270 636	774 641	(878 800)	-	3 166 477
Valor líquido	66 390 983				73 964 952

O aumento verificado na rubrica de activos em curso é justificado pelas despesas incorridas durante o exercício com o projecto de implementação do novo sistema informático denominado Projecto MCS^{XXI}, no âmbito da optimização dos serviços e sistemas da Companhia. A conclusão da implementação do Projecto MCS^{XXI}, está previsto para o final de 2022.



A 31 de Dezembro de 2020, o movimento nos activos intangíveis era o seguinte:

	<u>31/dez/19</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/dez/20</u>
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	21 931 689	-	-	-	21 931 689
Activos em curso	41 503 260	6 226 670	-	-	47 729 930
	63 434 949	6 226 670	-	-	69 661 619
	<u>31/dez/19</u>	<u>Amortizações do exercício</u>	<u>Abates</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/dez/20</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	2 493 873	776 763	-	-	3 270 636
	2 493 873	776 763	-	-	3 270 636
<i>Valor líquido</i>	<u>60 941 076</u>				<u>66 390 983</u>

4.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Provisão para prémios não adquiridos	61 021 484	48 457 547
Provisão matemática do ramo Vida	825 000	1 402 500
Provisão para sinistros	19 748 083	(11 334 915)
	<u>81 594 567</u>	<u>38 525 132</u>

A 31 de Dezembro de 2021, os valores da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, da provisão para sinistros de resseguro cedido e da provisão matemática de resseguro cedido apresentam a seguinte decomposição por ramos:



	2021		
	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros
Vida	76 018	825 000	-
Acidentes de Trabalho	1 757 545	-	6 777 945
Acidentes Pessoais e Doença	7 037 843	-	26 576 741
Incêndio e Elementos da Natureza	35 508 358	-	(38 979 904)
Automóvel	11 183 354	-	1 692 996
Transportes	52 674	-	229 597
Responsabilidade Civil Geral	4 612 017	-	(267 926)
Diversos	793 676	-	23 718 633
	61 021 484	825 000	19 748 083

A 31 de Dezembro de 2020, os valores da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e da provisão para sinistros de resseguro cedido apresentavam a seguinte decomposição:

	2020		
	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros
Vida	83 324	1 402 500	-
Acidentes de Trabalho	257 536	-	(947)
Acidentes Pessoais e Doença	3 615 146	-	10 422 545
Incêndio e Elementos da Natureza	34 208 950	-	(44 999 862)
Automóvel	4 809 620	-	6 977
Transportes	301 649	-	248 503
Responsabilidade Civil Geral	4 312 371	-	(730 763)
Diversos	868 951	-	23 718 633
	48 457 547	1 402 500	(11 334 915)



4.8. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como segue:

	31/dez/21	31/dez/20
Tomadores e Mediadores de seguro	150 776 020	169 292 417
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	47 367 477	113 777 454
Valores a receber por outras operações	165 729 411	96 261 517
	363 872 908	379 331 388
Imparidade em valores a receber	(17 720 029)	(30 851 258)
	346 152 879	348 480 130

A evolução do ajustamento de recibos de prémio por cobrar e outros valores a receber é como segue:

	31/dez/21		31/dez/20	
	Prémios por cobrar	Outros valores a receber	Prémios por cobrar	Outros valores a receber
A 1 de Janeiro	30 158 492	692 766	60 421 291	7 805 235
Reforço	1 533 507	-	2 691 420	-
Redução	(14 664 736)	-	(32 954 220)	(7 112 469)
A 31 de Dezembro	17 027 263	692 766	30 158 492	692 766
	17 720 029		30 851 258	

4.9. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como segue:

	31/dez/21	31/dez/20
Provisão para prémios não adquiridos	170 131 074	156 751 580
Provisão matemática do ramo Vida	1 100 000	1 870 000
Provisão para sinistros	120 310 083	66 473 552
Provisão para desvios de sinistralidade	21 567 932	17 694 428
Provisão para riscos em curso	9 279 992	51 258 227
	322 389 080	294 047 788



A 31 de Dezembro de 2021, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	591 322	1 100 000	30 917	-	-
Acidentes de Trabalho	8 244 432	-	45 840 000	164 346	1 818 129
Acidentes Pessoais e Doença	30 861 294	-	34 470 991	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	39 078 979	-	5 226 668	12 005 004	6 091 359
Automóvel	82 204 279	-	32 167 868	-	-
Transportes	648 257	-	788 018	-	-
Responsabilidade Civil Geral	6 656 728	-	1 686 193	-	1 370 504
Diversos	1 845 783	-	99 427	9 398 582	-
	170 131 074	1 100 000	120 310 083	21 567 932	9 279 992

A 31 de Dezembro de 2020, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	2020				
	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	1 032 997	1 870 000	46 174	-	-
Acidentes de Trabalho	11 539 894	-	41 621 604	167 545	-
Acidentes Pessoais e Doença	14 887 845	-	7 016 930	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	43 707 199	-	559 975	10 979 637	30 062 834
Automóvel	76 474 238	-	15 996 517	-	21 195 393
Transportes	735 092	-	668 549	-	-
Responsabilidade Civil Geral	5 990 083	-	464 375	-	-
Diversos	2 384 233	-	99 427	6 547 246	-
	156 751 580	1 870 000	66 473 552	17 694 428	51 258 227

4.10. Empréstimos obtidos

A rubrica de empréstimos obtidos apresenta a seguinte decomposição:

	31/dez/21	31/dez/20
Conta Corrente Caucionada	48 258 696	19 889 543
Empréstimo Lusitania	-	30 061 370
	48 258 696	49 950 913

O saldo da rubrica Conta Corrente Caucionada corresponde a um financiamento até ao limite de 50.000.000 meticais contratado junto do Banco Comercial e de Investimentos para apoio à tesouraria. Este financiamento rende juros a uma taxa 13,5%, por ano. Como garantia deste



empréstimo, foram penhorados 2 depósitos a prazo nos valores de 44.347.424 meticais e 210.285 dólares americanos.

4.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo	38 802 006	22 328 908
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	227 095 330	265 768 024
Valores a pagar por outras operações	37 651 414	35 558 894
	<u>303 548 750</u>	<u>323 655 826</u>

4.12. Capital social

O Capital Social da Moçambique Companhia de Seguros encontra-se integralmente subscrito e realizado, apresentado a seguinte estrutura societária:

<u>Accionista</u>	<u>Número de acções</u>	<u>Valor Nominal</u>	<u>% participação</u>
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	451 417	45 141 735	26,95%
Montepio Geral – Associação Mutualista	369 590	36 959 011	22,07%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	330 909	33 090 874	19,76%
Sociedade Nacional de Invest. Financeiros, SA	173 753	17 375 300	10,37%
Caixa Económica Montepio Geral	167 192	16 719 180	9,98%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	70 687	7 068 690	4,22%
Grupo Visabeira, SGPS	49 909	4 990 910	2,98%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	19 963	1 996 300	1,19%
Parups, S.A	14 850	1 485 000	0,89%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	1 188 000	0,71%
Raminiklal Jamonadás	8 910	891 000	0,53%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	594 000	0,35%
	<u>1 675 000</u>	<u>167 500 000</u>	<u>100,00%</u>



4.13. Reservas

Reservas de reavaliação

São registados nesta rubrica os valores resultantes de reajustamentos de imóveis ao seu justo valor.

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- a) 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia; e
- b) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

De acordo com o Decreto nº 39/2018, de 5 Julho, o capital social mínimo aplicável à MCS é de 295 milhões de meticais. Em Abril de 2021, a Companhia solicitou ao órgão regulador a transformação da sua licença de exploração Cumulativa para licença Não-Vida. Até ao final de 2021, este processo ainda estava em análise no órgão regulador. Com a transformação da licença o capital mínimo aplicável à Companhia será de 97 milhões de meticais.

As reservas legais, representam actualmente 15,3% daquele valor.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.



4.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2021			2020		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Vida	266 535	(202 842)	63 693	393 419	(262 730)	130 689
Acidentes de Trabalho	28 371 035	(7 741 708)	20 629 327	29 106 524	(1 126 129)	27 980 395
Acidentes Pessoais e Doença	251 314 187	(68 912 519)	182 401 669	152 568 637	(39 754 114)	112 814 524
Incêndio e Elementos da Natureza	185 540 768	(179 797 055)	5 743 713	153 202 004	(136 732 076)	16 469 928
Automóvel	170 193 537	(41 905 413)	128 288 124	124 874 262	(12 700 251)	112 174 011
Transportes	3 316 718	(524 308)	2 792 410	1 244 573	(898 612)	345 961
Responsabilidade Civil	19 588 203	(16 249 099)	3 339 104	14 536 411	(12 527 335)	2 009 075
Diversos	4 260 186	(2 337 038)	1 923 148	4 571 490	(2 655 772)	1 915 718
	662 851 169	(317 669 982)	345 181 188	480 497 320	(206 657 019)	273 840 301

4.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2021			2020		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido
Vida	(15 258)	-	(15 258)	320 409	-	320 409
Acidentes de Trabalho	15 113 927	(134 372)	14 979 555	18 553 524	(2 470 305)	16 083 220
Acidentes Pessoais e Doença	198 740 875	(67 815 823)	130 925 052	82 835 351	(46 421 850)	36 413 501
Incêndio e Elementos da Natureza	8 810 983	(7 287 490)	1 523 493	395 680 631	(360 438 802)	35 241 829
Automóvel	86 577 219	(7 750 364)	78 826 855	14 982 403	(420 562)	14 561 842
Transportes	539 286	18 905	558 191	1 903 164	(1 324 978)	578 186
Responsabilidade Civil	1 242 905	(462 836)	780 069	672 100	34 664	706 764
Diversos	-	-	-	(31 980 418)	(32 425 001)	(64 405 419)
	311 009 937	(83 431 980)	227 577 958	482 967 165	(443 466 834)	39 500 332



4.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2021		2020	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Vida	17 160	(10 000)	(4 017)	(13 201)
Acidentes de Trabalho	1 214 225	(1 715 164)	3 998 193	201 891
Acidentes Pessoais e Doença	18 246 694	(15 048 834)	11 879 294	(8 923 766)
Incêndio e Elementos da Natureza	6 975 164	(7 164 810)	6 539 259	(6 561 504)
Automóvel	13 798 289	(10 358 714)	7 877 291	(1 115 488)
Transportes	475 885	(44 771)	(11 517)	(59 179)
Responsabilidade Civil	720 602	(82 055)	338 984	(522 313)
Diversos	(11 196)	(326 692)	74 029	(479 565)
	<i>41 436 821</i>	<i>(34 751 040)</i>	<i>30 691 515</i>	<i>(17 473 125)</i>



Os gastos administrativos são analisados como segue:

	2021	2020
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	14 520 980	15 864 120
Remunerações do pessoal	42 591 469	42 548 885
Encargos sobre remunerações	1 922 839	2 127 855
Cursos de formação	1 094 590	21 385
Comparticipação nas despesas hospitalares	126 459	57 600
Outros	189 695	70 975
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e electricidade	1 201 526	1 028 271
Trabalhos especializados	28 206 283	15 608 809
Publicidade e propaganda	6 459 007	4 275 334
Artigos para oferta	691 878	495 543
Rendas e alugueres	6 015 548	6 610 178
Conservação e reparação	5 669 393	6 592 676
Comunicações	2 110 204	2 782 299
Deslocações e estadas	372 718	2 140 655
Seguros	7 125 285	7 023 190
Vigilância e segurança	3 258 075	2 460 031
Combustíveis	1 972 493	2 275 494
Material de escritório	2 764 431	5 007 128
Despesas de alimentação	510 531	538 537
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	3 741 415	1 369 362
Impostos e taxas	2 489 041	1 147 375
Depreciações e amortizações do exercício	4 565 955	4 835 398
Comissões	25 694	-
	<u>138 773 580</u>	<u>124 881 100</u>

A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	2021	2020
Sinistros	1 235 461	1 111 978
Aquisição	23 206 526	20 897 828
Administrativa	114 295 007	102 860 562
Investimentos	36 586	10 732
	<u>138 773 580</u>	<u>124 881 100</u>



4.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como segue:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	25 416 418	14 738 715
Receitas de abates de activos	24 892 986	845 000
Contribuições para o Plano de Saúde BM	49 293 664	109 723 883
Outros rendimentos não técnicos	1 550 258	2 987 620
	<u>101 153 326</u>	<u>128 295 218</u>

Outros gastos não técnicos

Diferenças de câmbio desfavoráveis	8 998 360	21 844 709
Juros suportados	3 786 926	5 082 259
Quotas	399 000	469 694
Utilizações do Plano de Saúde BM	63 460 547	99 980 715
Despesas com abates de activos	24 844 736	645 000
Despesas bancárias	2 765 643	2 511 713
Outros gastos não técnicos	2 160 272	295 335
	<u>106 415 485</u>	<u>130 829 424</u>
	<u>(5 262 158)</u>	<u>(2 534 207)</u>

A rubrica de juros suportados corresponde aos custos do financiamento contratado junto do Banco Comercial e de Investimentos na modalidade de Conta Corrente Cauçionada (Nota 4.10).

4.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto corrente	(16 736 299)	(15 996 872)
Imposto diferido	244 792	244 792
	<u>(16 491 507)</u>	<u>(15 752 080)</u>



O imposto corrente é determinado com base nas taxas em vigor para cada exercício fiscal.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2021 e 2020, bem como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:

	2021		2020	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		46 871 807		116 617 144
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	14 998 978	32,00%	37 317 486
Correcções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	0,73%	340 515	0,32%	377 184
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	0,00%	-	0,00%	-
Mais valias fiscais	0,00%	-	0,00%	-
Donativos	0,00%	-	0,00%	-
Multas	1,02%	480 000	0,01%	6 608
50% de ajudas de custo	0,04%	19 944	0,03%	33 024
Menos valias contabilísticas	16,96%	7 950 315	0,18%	206 400
80% das despesas de representação	0,07%	31 329	0,02%	23 646
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado líquido	0,00%	-	-19,49%	(22 729 527)
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,00%	-	0,00%	-
Aluguer de viaturas sem condutor	0,00%	-	0,01%	10 409
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	1,56%	729 831	0,76%	891 948
Ofertas	0,47%	221 401	0,14%	158 574
Publicidade	0,00%	-	0,00%	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,02%	8 074	0,03%	31 421
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Realização de utilidade social não enquadráveis	0,00%	-	0,02%	18 432
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de diferenças	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de provisões referentes a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Correcções fiscais - A deduzir				
Menos valias fiscais	16,99%	7 965 755	0,23%	270 400
Formação profissional	0,00%	-	0,00%	-
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00%	-	0,00%	-
Reposição de diferenças de câmbio tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Impostos diferidos	0,17%	78 333	0,07%	78 333
(Prejuízo)/Lucro tributável	35,71%	16 736 299	13,72%	15 996 872
Imposto apurado		16 736 299		15 996 872
Pagamentos especial por conta de IRPC		100 000		100 000
Pagamentos por conta de IRPC		8 531 666		3 760 266
		<u>8 631 666</u>		<u>3 860 266</u>
Imposto corrente a pagar/(receber)		8 104 633		12 136 607



Com referência a 31 de Dezembro de 2021, a Companhia apresenta lucros fiscais no montante de 52.300.933 meticais.

O movimento no imposto diferido activo e passivo foi como segue:

	31/dez/20	Ganhos e perdas		31/dez/21
		Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação do edifício de uso próprio	11 219 437	(244 792)	-	10 974 645
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	48 498
	11 267 935	(244 792)	-	11 023 143
		(244 792)		

A 31 de Dezembro de 2020, o movimento nos activos e passivos por impostos diferidos foi como segue:

	31/dez/19	Ganhos e perdas		31/dez/20
		Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos				
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-
	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos				
Reavaliação do edifício de uso próprio	11 464 229	(244 792)	-	11 219 437
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	48 498
	11 512 727	(244 792)	-	11 267 935
		(244 792)		



Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
<i>Activos por impostos correntes</i>		
Adiantamento de imposto ao Estado (IRPC)	8 531 666	3 760 266
Pagamento especial por conta	100 000	100 000
Imposto sobre rendimentos de capitais retidos na fonte	-	381 942
Outros	-	784 773
	<u>8 631 666</u>	<u>5 026 981</u>

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
<i>Passivos por impostos correntes</i>		
Imposto sobre o lucro do exercício (IRPC)	16 736 299	15 996 872
Imposto do selo	4 812 702	9 460 892
Retenção na fonte (IRPS)	1 307 388	1 612 113
Segurança social (INSS)	4 444	3 378
Sobretaxa	423 349	-
	<u>23 284 181</u>	<u>27 073 255</u>

4.19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
<u>Activo</u>		
Seguros	166 568	1 512
Outros custos diferidos	371 378	244 334
Prémios antecipados	16 177 438	10 873 350
Outros acréscimos de proveitos	-	28 472 688
	<u>16 715 384</u>	<u>39 591 884</u>



	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
<u>Passivo</u>		
Férias e subsídio de férias	8 029 073	8 046 679
Acréscimos de custos	10 863 062	1 212 600
Proveitos diferidos	3 778 510	4 800
	<u>22 670 645</u>	<u>9 264 079</u>
	<u>(5 955 261)</u>	<u>30 327 805</u>

4.20. Outras provisões

Não existem provisões a reportar a 31 de Dezembro de 2021, para além das descritas nas Notas anteriores.

4.21. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos depósitos a prazo é baseado em fluxos de caixa descontados, usando taxas de juro do mercado activo para títulos de crédito semelhantes e com a mesma maturidade. Para os títulos cotados, o justo valor é determinado com base em cotações do mercado activo. Para os títulos cujas cotações não estão disponíveis no mercado activo, é usado o modelo de fluxo de caixa descontado apropriado para o período remanescente até ao vencimento.

A tabela abaixo compara o justo valor dos instrumentos financeiros com a respectiva quantia escriturada:

	<u>31/dez/21</u>		<u>31/dez/20</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Justo valor</u>	<u>Custo</u>	<u>Justo valor</u>
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	224 034 830	214 483 179	103 756 080	101 202 506
Investimentos a deter até à maturidade	100 000 000	98 895 665	-	-
Devedores por operações de seguros e outras	346 152 879	338 196 693	348 480 130	316 250 880
	<u>670 187 709</u>	<u>651 575 537</u>	<u>452 236 210</u>	<u>417 453 386</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos obtidos	48 258 696	41 065 422	49 950 913	28 556 213
Credores por operações de seguros e outras	303 548 750	266 250 577	323 655 826	311 250 698
	<u>351 807 446</u>	<u>307 315 999</u>	<u>373 606 739</u>	<u>339 806 910</u>



A Companhia enquadrou o justo valor dos seus activos e passivos financeiros de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo,
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em variáveis não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado activo, directa ou indirectamente,
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos determinados a partir de variáveis que não são baseadas em informação observável no mercado.

A tabela seguinte resume, para cada classe de activo, o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:

	31/dez/21			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	214 483 179	-	214 483 179
Investimentos a deter até à maturidade	-	98 895 665	-	98 895 665
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	338 196 693	338 196 693
Total de activos financeiros	-	313 378 844	338 196 693	651 575 537

Passivos financeiros				
Empréstimos obtidos	-	41 065 422	-	41 065 422
Cretores por operações de seguros e outras	-	-	266 250 577	266 250 577
Total de passivos financeiros	-	41 065 422	266 250 577	307 315 999

	31/dez/20			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	101 202 506	-	101 202 506
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	316 250 880	316 250 880
Total de activos financeiros	-	101 202 506	316 250 880	417 453 386

Passivos financeiros				
Empréstimos obtidos	-	28 556 213	-	28 556 213
Cretores por operações de seguros e outras	-	-	311 250 698	311 250 698
Total de passivos financeiros	-	28 556 213	311 250 698	339 806 910



4.22. Partes relacionadas

A partir de 2020, a cedência do risco de seguro pela MCS passou a ser feita, na sua maioria, através do Tratado de Resseguro com a Amwins Global Risks em substituição do Tratado que existia com a Lusitania.

As transacções e saldos entre a MCS e a Lusitania resumiram-se como segue:

	<u>31/dez/21</u>	<u>31/dez/20</u>
Prémios de resseguro cedido	-	(53 437)
Comissões de resseguro cedido	-	(1 616 304)
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	9 555	17 872 711
Participação nos resultados	-	661 388
Conta corrente	(9 555)	(16 971 231)

Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam, em 2021, a 14.520.980 meticaís. Em 2020, os valores foram de 15.864.120 meticaís.

4.23. Compromissos e contingências

O Conselho de Ministros aprovou através do Decreto nº 39/2018, de 5 Julho, a nova tabela dos valores mínimos de capital social exigível às entidades habilitadas ao exercício da actividade seguradora. Assim, o capital aplicável à Moçambique Companhia de Seguros (MCS) passou de 100 milhões de meticaís para 295 milhões de meticaís, a partir de Julho de 2021. Na sequência, o Conselho de Administração tomou a decisão de transformar a licença de exploração de Cumulativa para Não-Vida. Com esta transformação o capital mínimo aplicável à Companhia passará a ser de 97 milhões de meticaís. Em Abril de 2021, a MCS solicitou ao órgão regulador a transformação da sua licença de exploração Cumulativa para licença Não-Vida, entretanto, até à data da aprovação deste relatório (27 de Abril de 2022), este processo ainda estava em análise no órgão regulador, esperando-se um despacho favorável.

Devido ao impacto da reexpressão das Contas de 2019, o resultado previamente apresentado às autoridades fiscais, registou uma alteração substancial, tendo passado de um lucro de



10.896.328 meticais para um prejuízo de 82.958.589 meticais. Em resultado desta situação, a MCS remeteu um pedido de opinião vinculativa à autoridade tributária para que seja autorizada a dedução do prejuízo de 2019 ao resultado apurado em 2020. Apesar de até a data da publicação deste relatório não ter sido obtida a opinião vinculativa, é convicção do Conselho de Administração que a mesma será favorável à MCS.

4.24. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos, não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. Risco de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação);
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: risco de as provisões constituídas para sinistros se revelarem insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado ou que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;
- Risco de Sinistralidade: risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado ou que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;
- Risco de Retenção: risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;



- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente associado a calamidades naturais (terramotos, furacões e inundações). É o risco de um evento único ou uma série de eventos, de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), provocarem um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradoras.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas, face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que, a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados, em 2021, aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.

Na tabela seguinte apresenta-se a comparação entre os principais rácios de sinistralidade líquida de resseguro da MCS:



Ramo	31/dez/21	31/dez/20
Vida	1,55%	49,19%
Acidentes de Trabalho	61,35%	55,38%
Acidentes Pessoais e Doença	76,42%	36,16%
Incêndio e Elementos da Natureza	13,05%	188,84%
Automóvel	61,40%	13,41%
Transportes	21,14%	91,77%
Responsabilidade Civil Geral	64,40%	39,07%
Diversos	0,00%	-3521,18%
Rácio global	66,41%	15,08%

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros. Podemos considerar, em sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por poderem resultar em perdas económicas e na deterioração dos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde à incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades, caso os rendimentos gerados pelos activos não cubram as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.

O quadro que se segue compara as responsabilidades assumidas com os activos por tipologia a 31 de Dezembro de 2021:

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	Vida	Acidentes de Trabalho	Outros ramos	Total
Seguro directo	1 722 239	56 066 907	264 599 935	322 389 080
Resseguro cedido	(901 018)	(8 535 490)	(72 158 059)	(81 594 567)
Valor líquido	821 220	47 531 417	192 441 875	240 794 513

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	Vida	Acidentes de Trabalho	Outros ramos	Total
Bilhetes de tesouro	-	-	100 000 000	100 000 000
Edifícios	-	62 744 923	-	62 744 923
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparidade	-	-	10 563 929	10 563 929
Depósitos a prazo	2 000 000	1 500 000	162 764 914	166 264 914
Prémios à cobrança directos (antiguidade inferior a 60 dias)	-	-	63 684 528	63 684 528
Caixa e disponibilidades	500 000	400 000	19 423 481	20 323 481
Total	2 500 000	64 644 923	356 436 853	423 581 775
Rácio de Cobertura	304,43%	136,00%	185,22%	175,91%



Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com as variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de fluxos monetários futuros, de um instrumento financeiro, poderem flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de um valor, de um determinado instrumento financeiro, flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS ao risco de taxa de juro prende-se, essencialmente, com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia e pelas aplicações em instituições financeiras.

A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro numa só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS, cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo, os bilhetes de tesouro e as obrigações corporativas. Para estes, as tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de



2021 e a 31 de Dezembro de 2020, assim como o impacto nos resultados da Companhia por oscilações nas taxas de juro:

Exposição ao risco da taxa de juro

	31/dez/21				Total
	0-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	205 252 155	22 240 000	-	-	227 492 155
Investimentos a deter até a maturidade	-	100 000 000	-	-	100 000 000
Total	205 252 155	122 240 000	-	-	327 492 155
Passivos					
Empréstimos obtidos	-	48 258 696	-	-	48 258 696
Total	-	48 258 696	-	-	48 258 696
Posição Líquida	205 252 155	73 981 304	-	-	279 233 459

	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
2021		
Maibor	+200	5 584 669
Maibor	-200	(5 584 669)
Libor	+25	698 084
Libor	-25	(698 084)

Exposição ao risco da taxa de juro

	31/dez/20				Total
	0-3 meses	3-6 meses	6-9 meses	9-12 meses	
Activos					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	89 858 519	13 897 561	-	-	103 756 080
Total	89 858 519	13 897 561	-	-	103 756 080
Passivos					
Empréstimos obtidos	49 950 913	-	-	-	49 950 913
Total	49 950 913	-	-	-	49 950 913
Posição Líquida	39 907 606	13 897 561	-	-	53 805 167

	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
2020		
Maibor	+200	1 076 103
Maibor	-200	(1 076 103)
Libor	+25	134 513
Libor	-25	(134 513)

**Risco de taxa de câmbio**

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR e MZN/EUR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição a moedas estrangeiras, efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2021 e a 31 de Dezembro de 2020, bem como o impacto nos resultados da Companhia por oscilações nas taxas de câmbio:

Exposição ao risco da taxa de câmbio

	31/dez/21				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	20 323 481	19 387 335	644 092	292 054	-
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	227 492 155	212 624 584	9 547 738	5 319 833	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	346 154 658	345 740 487	412 392	-	1 779
Total	593 970 294	577 752 407	10 604 222	5 611 887	1 779
Passivos					
Empréstimos obtidos	48 258 696	48 258 696	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	303 548 750	303 548 750	-	-	-
Total	351 807 446	351 807 446	-	-	-
Posição Líquida	242 162 848	225 944 961	10 604 222	5 611 887	1 779

**Aumento
/Diminuição**

**Efeito em
resultados**

2021

Dólares americanos	+20	2 120 844
Dólares americanos	-20	(2 120 844)
Randes sul africanos	+20	1 122 377
Randes sul africanos	-20	(1 122 377)
Euros	+20	356
Euros	-20	(356)

**Exposição ao risco da taxa de câmbio**

	31/dez/20			
	Total	MZN	USD	ZAR
Activos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	243 129 905	242 135 493	990 748	3 665
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	103 756 080	90 058 642	7 283 622	6 413 816
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	348 480 130	337 385 171	11 086 902	8 057
Total	695 366 115	669 579 306	19 361 271	6 425 538
Passivos				
Empréstimos obtidos	49 950 913	19 889 543	30 061 370	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	353 717 196	353 717 196	-	-
Total	403 668 109	373 606 739	30 061 370	-
Posição Líquida	291 698 006	295 972 566	(10 700 098)	6 425 538

	Aumento /Diminuição	Efeito em resultados
2020		
Dólares americanos	+20	(2 140 020)
Dólares americanos	-20	2 140 020
Randes sul africanos	+20	1 285 108
Randes sul africanos	-20	(1 285 108)
Euros	+20	-
Euros	-20	-

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer em perdas, pelo não cumprimento de obrigações de contrapartes. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- Valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- Risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Swiss Re (Líder) através do corretor de resseguro, a Amwins Global Risks, no âmbito do Tratado de Resseguro firmado com esta entidade.



O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM. A MCS apenas detém títulos de dívida pública.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a Gestão recorre a diversas fontes e gere os activos de acordo com a sua liquidez, monitorizando, periodicamente, os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever, com certeza, os fundos necessários para cobrir as responsabilidades. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de Contas correntes caucionadas.

A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2021 e a 31 de Dezembro de 2020:

Exposição ao risco de crédito

	31/dez/21				
	0-3 meses	3-6 meses	6-12 meses	Mais de 1 ano	Total
<u>Activos Financeiros</u>					
Caixa e equivalentes em caixa	20 323 481	-	-	-	20 323 481
Depósitos a prazo	205 252 155	22 240 000	-	-	227 492 155
Investimentos a deter até maturidade	-	100 000 000	-	-	100 000 000
Valores a receber por operações de seguro directo	133 748 756	-	-	-	133 748 756
Valores a receber por operações de resseguro	47 367 477	-	-	-	47 367 477
Valores a receber por outras operações	165 036 646	-	-	-	165 036 646
Total	571 728 515	122 240 000	-	-	693 968 515
<u>Passivos Financeiros</u>					
Empréstimos obtidos	-	48 258 696	-	-	48 258 696
Valores a pagar por operações de seguro directo	38 802 006	-	-	-	38 802 006
Valores a pagar por operações de resseguro	227 095 330	-	-	-	227 095 330
Valores a pagar por outras operações	37 651 414	-	-	-	37 651 414
Total	303 548 750	48 258 696	-	-	351 807 446
Excesso de liquidez	268 179 765	73 981 304	-	-	342 161 069

**Exposição ao risco de crédito**

	31/dez/20				Total
	0-3 meses	3-6 meses	6-12 meses	Mais de 1 ano	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	230 441 085	-	-	-	230 441 085
Depósitos a prazo	89 858 519	13 897 561	-	-	103 756 080
Valores a receber por operações de seguro directo	139 133 925	-	-	-	139 133 925
Valores a receber por operações de resseguro	113 777 454	-	-	-	113 777 454
Valores a receber por outras operações	95 568 751	-	-	-	95 568 751
Total	668 779 734	13 897 561	-	-	682 677 295
Passivos Financeiros					
Empréstimos obtidos	49 950 913	-	-	-	49 950 913
Valores a pagar por operações de seguro directo	40 900 024	-	-	-	40 900 024
Valores a pagar por operações de resseguro	237 811 630	-	-	-	237 811 630
Valores a pagar por outras operações	37 422 336	-	-	-	37 422 336
Total	366 084 903	-	-	-	366 084 903
	302 694 831	13 897 561	-	-	316 592 392

4.25. Acontecimentos após a data de balanço

Ao longo do ano de 2020 e 2021, os efeitos da pandemia da Covid-19 tiveram impactos negativos duradouros no sector segurador e na MCS. Contudo, o alívio das medidas de contenção da pandemia tem vindo a permitir uma recuperação paulatina da actividade económica, prevendo-se que o ano de 2022 continue a revelar um maior dinamismo e sinais de sustentabilidade do crescimento económico, não obstante os riscos macroeconómicos associados ao actual conflito na Ucrânia.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2021
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 1
Valores em Meticais

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos não cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.1 - De emissores públicos							
Bilhetes de Tesouro	100 000	1 000		1 000	100 000 000	1 000	100 000 000
Sub-total	100 000	-		-	100 000 000		100 000 000
TOTAL GERAL	100 000				100 000 000		100 000 000

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2021
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 2
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 /12/2020 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2021 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	46 174	23 762	30 917	8 505
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	41 621 604	10 925 301	45 840 000	15 143 697
Acidentes Pessoais e Doença	7 016 930	171 914 998	34 470 991	199 369 059
Incêndio e Elementos da Natureza	559 975	4 144 290	5 226 668	8 810 983
Automóvel	15 996 517	72 233 460	32 167 868	88 404 812
Marítimo	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	668 549	419 817	788 018	539 286
Responsabilidade Civil Geral	464 375	1 203 016	1 686 193	2 424 834
Diversos	99 427	-	99 427	-
Total Não Vida	66 427 378	260 840 882	120 279 166	314 692 670
Total geral	66 473 552	260 864 644	120 310 083	314 701 175

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

Ano: 2021
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Varição da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3)=(1)+(2)
Seguro directo			
Vida	23 762	(15 258)	8 505
Acidentes de Trabalho	10 925 301	4 218 396	15 143 697
Acidentes Pessoais e Doença	171 914 998	26 825 877	198 740 875
Incêndio e Elementos da Natureza	4 144 290	4 666 693	8 810 983
Automóvel	72 233 460	14 343 758	86 577 219
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	419 817	119 470	539 286
Responsabilidade Civil Geral	1 203 016	1 221 818	2 424 834
Diversos	-	-	-
Total	260 864 644	51 380 754	312 245 398
Resseguro aceite			
Total Geral	260 864 644	51 380 754	312 245 398

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2021
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263
Ident. do resp. pela informação:

Anexo 4
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro cedido
Seguro directo					
Vida	266 535	757 854	8 505	134 312	(384 658)
Acidentes de Trabalho	28 371 035	30 706 566	15 143 697	5 519 927	5 892 172
Acidentes Pessoais e Doença	251 314 187	236 802 549	198 740 875	53 828 592	(20 828 139)
Incêndio e Elementos da Natureza	185 540 768	190 168 988	8 810 983	39 790 070	165 344 756
Automóvel	170 193 537	163 904 466	86 577 219	38 225 901	23 796 335
Marítimo	-	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	3 316 718	3 413 674	539 286	1 128 686	498 442
Responsabilidade Civil Geral	19 588 203	18 996 017	2 424 834	4 773 024	15 704 208
Diversos	4 260 186	4 889 413	-	635 892	2 010 346
Total	662 851 169	649 639 527	312 245 398	144 036 404	192 033 462
Resseguro Aceite					
Total geral	662 851 169	649 639 527	312 245 398	144 036 404	192 033 462



Parecer do Conselho Fiscal



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS